

ATER no semiárido: um encontro de possibilidades e desafios para o desenvolvimento rural do território de identidade Sertão São Francisco- Bahia

Tiago Pereira da Costa¹
Lilian da Silva Teixeira²

¹Mestrando em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF; Especialista em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com Ênfase em Recursos Hídricos (IF BAIANO); Especialista em Metodologias Participativas Aplicadas a Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (UNIVASF); Gestor Ambiental (UNOPAR); Técnico em Agropecuária (EAJ – BA); Coordenador Institucional do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA; Diretor – Secretário da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas no Semiárido; Presidente da Associação Comunitária Mantenedora da Escola Família Agrícola de Sobradinho – AMEFAS. E-mail: tiagoefas@hotmail.com.

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma atividade investigativa sobre as ações de Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER), mediante a perspectiva da Convivência com o Semiárido, a fim de apontar alguns dos atuais desafios para o desenvolvimento desses serviços no Semiárido Brasileiro. O objetivo maior deste trabalho foi diagnosticar os problemas e os desafios estruturantes que afetam as famílias atendidas pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA no Projeto de Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER – Plano Brasil Sem Miséria – PBSM, no Território de Identidade Sertão do São Francisco – TSSE, norte da Bahia. A metodologia que conduziu a análise foi de abordagem qualitativa, e utilizando como instrumento a pesquisa exploratória de campo; foram pesquisados técnicos/as de ATER, e respectivamente foram analisados os perfis das famílias de agricultores/as familiares atendidas pela assessoria técnica. Conclui-se que diante dos desafios complexos e históricos apontados no decorrer deste estudo, que existem fatores externos à ação da Assessoria Técnica no contexto de vida das famílias acompanhadas, como por exemplo, a problemática do acesso a terra, à água e a produção agropecuária que somente poderão ser resolvidas mediante uma mobilização e organização social das famílias e efetivação de políticas públicas apropriadas a essas realidades.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Assessoria Técnica e Extensão Rural (ATER); Ruralidade; Semiárido Brasileiro.

ATER in the semiarid: a meeting of opportunities and challenges for rural development of the territory of identity Sertão do São Francisco – Bahia

ABSTRACT

This article presents the results of an investigative activity on the actions of Technical Assistance and Rural Extension (ATER) by the prospect of coexistence with semiarid conditions in order to address some of the current challenges to the development of these services in the Brazilian semiarid. The main objective of this work was to diagnose the problems and structural challenges affecting families served by the Regional Institute of Small Agricultural Appropriate - IRPAA the Technical Assistance Project and Rural Extension - ATER - Brazil Without Poverty Plan - PBSM in the Territory of Citizenship Hinterland the San Francisco - TSSE, north of Bahia. The methodology that led the analysis was a qualitative approach, and using as an instrument the exploratory field

research data were provided by the Advisors. ATER technicians were surveyed, and the profiles of the families of farmers/ familymembers attended by the technical assistance. In conclusion, before the complex and historical challenges identified during this study, there are external factors to the action of Technical Assistance in the context of life accompanied by families, such as the problem of access to land, water and production. They can only be solved through a social mobilization and organization, and execution of public policies.

Keywords: Technical Assistance Rural Extension (ATER); Brazilian Semiárido; Family farming; Rurality.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma atividade investigativa sobre as ações da Assessoria Técnica e Extensão Rural - ATER mediante a perspectiva da Convivência com o Semiárido, a fim de apontar alguns dos atuais desafios para o desenvolvimento desses serviços no Semiárido Brasileiro.

A concepção da Assessoria Técnica e Extensão Rural – (ATER) é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários. Foi instituído pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – (PNATER), cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – (MDA), possui como principal instrumento de implementação a Lei nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010). (MDA, 2004).

A partir da Política Nacional de ATER, o Brasil vive nos últimos anos um momento histórico de retomada desses serviços. Dentro desse contexto, esse trabalho busca apontar os possíveis desafios para o desenvolvimento dos serviços de ATER no Semiárido Brasileiro, tendo em vista as várias ações observadas no meio rural do Território de Identidade Sertão do São Francisco – TSSF, região norte do estado da Bahia, ecossistema Semiárido, executadas pelo IRPAA.

O Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA é uma organização não governamental, que há mais de vinte cinco anos tem uma atuação na região Semiárida do Brasil, desenvolvendo ações técnico-educativas, embasadas na proposta de Convivência com o Semiárido. Nos últimos nove anos vêm executando ações de ATER, com recursos públicos, dos governos estadual e federal. O trabalho de ATER, através do IRPAA busca estimular ao público beneficiário a conhecer melhor as especificidades da região, as características climáticas, a sustentabilidade dos agroecossistemas e a produção de base familiar agroecológica para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. O objetivo dos serviços de ATER é promover qualidade de vida, através da inclusão socioprodutiva, do protagonismo juvenil, da educação contextualizada, do beneficiamento e comercialização dos produtos agropecuários regionais, do debate sobre questões fundiárias, da captação e manejo da água da chuva. Observa-se que o trabalho também visa contribuir para a consolidação da Convivência com o Semiárido e consequentemente com a redução da pobreza extrema, por meio da melhoria das condições de vida das famílias rurais, baseada na cooperação, visando à sustentação e permanência

²Doutoranda em Educação – PPGEDUC/ UNEB. Mestre em Educação – UFS. Prof^a. Orientadora de Pesquisa – IF Baiano – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. E-mail: lilian.teixeira@bonfim.ifbaiano.edu.br.

estável na terra, em harmonia com a natureza.

Desse modo, essa pesquisa teve como objetivos: investigar as condições de vida no que se refere aos aspectos fundiários, hídricos e produtivos de agricultores/as familiares; e ainda traçar o perfil agropecuário das famílias atendidas junto aos extensionistas.

Foi desenvolvida uma análise sobre a ação de ATER executada pelo IRPAA em prol da Convivência com o Semiárido, por meio da execução desses serviços, no Território de Identidade, região norte do estado Bahia, onde foram acompanhadas 5.300 famílias nos municípios de Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Sobradinho, Uauá, Remanso, Sento-Sé, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes.

O semiárido brasileiro: desmistificar para potencializar

Ao longo das últimas décadas, as políticas nacionais de combate à seca, colaboraram negativamente para a construção de um ideário estereotipado sobre o Semiárido: terra seca e rachada, inundadas de carcaças de animais mortos³, além de crianças desnudas e desnutridas.

Segundo Barbosa (2012), “no final do império, tivemos⁴ uma grande seca, aqui concebida como um fenômeno natural, que aconteceu entre os anos de 1877 e 1878, e um jornal do Rio de Janeiro, chamado ‘O Besouro’, publicou imagens sobre uma seca ocorrida no Ceará. Essas imagens são, inclusive, um marco no fotojornalismo brasileiro e nelas aparecem crianças com imagens distorcidas e pessoas de aparência e estado de miserabilidade; então, a partir dessa seca do século XIX, construiu-se o conceito de Nordeste enquanto espaço administrativo e simbólico, marcado pela seca que produzia muita fome e miséria. Até então éramos Norte, não havia Nordeste, que passa a existir apenas para identificar uma região que é seca”.

Esse novo conceito de região Nordeste, fabricado de forma estereotipada, surge também para validar a criação de mais um órgão federal: a Inspeção Federal de Obras Contrás as Secas (IFOCS), hoje denominado Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

No Semiárido Brasileiro, SAB, a população rural estava submetida a estruturas sociais excludentes, com a concentração das terras férteis e da água na mão dos grandes fazendeiros e por isso não teve muita oportunidade de fazer experiências com métodos de manejo de água da chuva e menos ainda de aprender a viver e trabalhar em um clima semiárido. Uma exceção foi o missionário itinerante Padre Ibiapina, que construiu, na segunda metade do século XIX (na mesma época de D. Pedro II), as chamadas “casas d’águas” no Sertão da Paraíba, que forneciam água para as casas de caridade (que era um tipo de convento, escola e hospital ao mesmo tempo) e comunidades. [...]. No decorrer do século XX pensou-se sobre o semiárido como polígono da Seca em que se devia combater a seca (citando como exemplo: DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, fundado em 1909, com o nome de IOCS – Inspeção de Obras

³Nesses casos essas imagens ainda são de animais de grande porte, ainda trazidos de além-mar pelos “colonizadores”, atravessadores históricos.

⁴A partir deste ponto o autor fará uso do pronome pessoal na terceira pessoa do plural a fim de demonstrar-se intrinsecamente inserido em seu ambiente físico de estudo.

No Semiárido Brasileiro, SAB, a população rural estava submetida a estruturas sociais excludentes, com a concentração das terras férteis e da água na mão dos grandes fazendeiros e por isso não teve muita oportunidade de fazer experiências com métodos de manejo de água da chuva e menos ainda de aprender a viver e trabalhar em um clima semiárido. Uma exceção foi o missionário itinerante Padre Ibiapina, que construiu, na segunda metade do século XIX (na mesma época de D. Pedro II), as chamadas “casas d’águas” no Sertão da Paraíba, que forneciam água para as casas de caridade (que era um tipo de convento, escola e hospital ao mesmo tempo) e comunidades. [...]. No decorrer do século XX pensou-se sobre o semiárido como polígono da Seca em que se devia combater a seca (citando como exemplo: DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, fundado em 1909, com o nome de IOCS – Inspetoria de Obras Contrás a Seca). Somente aos poucos se começou a pensar de maneira mais positiva, quando se descobriu que é possível viver bem nesta região “convivendo em harmonia com o clima semiárido”. Atualmente, a população está descobrindo como viver de maneira sustentável na região rural semiárida, e o governo brasileiro reconheceu o SAB como região própria, propondo inclusive com uma delimitação específica.(GNAL-DLINGER, 2011).

Segundo Pimentel (2000), “observa-se a lógica do combate à seca sempre próxima das ideias e ações governamentais, e não a partir da participação coletiva da população local, uma vez que elas são elaboradas dentro da lógica que invade e mutila o território para garantir sua ocupação”.

Desde a colonização brasileira aos dias atuais, observamos que na realidade o que mudou foram as estratégias, mas a perspectiva colonialista de exploração continua sendo a mesma: das plantações de mandioca para as plantações de uva, manga, etc. A prioridade sempre foi à exploração da riqueza do semiárido, sobre tudo dos recursos hídricos. Essa lógica pautada nos interesses capitalistas, em que o sertanejo é tratado à margem dos interesses econômicos e das políticas públicas que se sobrepõem a qualquer perspectiva de bem estar social no Semiárido, mediante a uma política pública de convivência que deveria valorizar a identidade local, provendo meios aos agricultores e agricultoras familiares rurais, para um convívio com o clima que favoreça o desenvolvimento local saudável e sustentável.

As hegemonias de arcaicas políticas ainda prevalecem com força, a perspectiva do combate à seca ainda é a que prevalece: cisternas de plástico; educação, desfocada da realidade regional e territorial; assassinatos impunes no campo; transposição do Rio São Francisco; grandes açudagens; lógica da Indústria da Seca⁵ com grandes obras, caras e muito distantes daqueles que realmente necessitam; falta de desenvolvimento de atividades de prevenção por parte do governo no que diz respeito às condições climáticas do Semiárido.

⁵Segundo Roberto Marinho (2005), as políticas de combate à seca (emergenciais e estrutu-

Existem problemas graves com a questão fundiária: observa-se que o problema do Semiárido é o latifúndio⁶, e não a falta de água. De acordo com dados do IRPAA (2013) observam-se famílias nas áreas de sequeiro com terras de extensão menor de que 100 hectares, vivendo em ambientes com 10 hectares e até 0,5 hectares; a falta de títulos de propriedade coletiva, também dificulta a implementação de estruturas permanentes; políticas de crédito fundiário fora da realidade, favorecendo sempre a propriedade individual, privada, em detrimento das áreas seculares de Fundo de Pasto coletivas.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA por meio do Centro Nacional de Pesquisa de Solos – CNPS e do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido – CPATSA realizou o Diagnóstico do Quadro Natural e Agro-socioeconômico da região Semiárida do Brasil, cujo objetivo principal é subsidiar os órgãos de desenvolvimento na elaboração de propostas de intervenção no meio rural, a partir do programa intitulado Zoneamento Agroecológico do Nordeste – ZANE⁷. Identificou que somente uma pequena porcentagem das terras é apropriada para a execução de agricultura de sequeiro, mas 44 % para atividades pecuárias e uma grande parcela (36 %) deve servir como área de reserva ou para atividades de extrativo. Somente 4 % em todo Semiárido tem aptidão para ser irrigado. Porém, outra dimensão importante sobre a problemática do Semiárido são os paradigmas e contradições da Embrapa⁸, que faz um estudo sobre o potencial de utilização racional das terras do Semiárido, e cria ao mesmo tempo, diversos pacotes tecnológicos que extrapolam as terras desta região. (IRPAA, 2007).

Todo esse cenário se reflete no padrão de vida das nossas populações e no desafio em desenvolver os serviços de ATER com esse novo enfoque Agroecológico e de Convivência com o Semiárido de forma participativa.

Na maioria das vezes, os diagnósticos e proposições referem-se ao Semiárido como um espaço precário, do atraso, de terra das secas. Utiliza-se do aspecto climático para justificar as deficiências socioeconômicas e de negligências de políticas públicas locais. No entanto, é possível modificar substancialmente essa realidade, superando problemáticas socioeconômicas e ambientais. Para que haja a transformação na região Semiárida se faz necessário fortalecer e consolidar a Convivência com o Semiárido, com ações apropriadas e estruturantes, estabelecidas por meio de uma política pública específica para esta região.

Nos últimos anos, por meio da execução dos projetos públicos no âmbito federal e estadual, o IRPAA vem buscando sempre a integração e articulação das diversas ações, programas e políticas públicas para o meio rural, envolvendo ativamente os parceiros locais. Vale destacar que estas experiências iniciadas e qualificadas são ainda muito tímidas diante dos desafios que essa problemática impõe; pois ainda há um conjunto de ações sociais, produtivas, ambientais, organizacionais e econômicas a serem discutidas ou aprofundadas nesse ecossistema, denominado Semiárido Brasileiro.

Ruralidade/campo: no contexto do semiárido

Toda análise desse trabalho volta-se para o desenvolvimento das ações de ATER, portanto o *lôcus* envolvido volta-se ao meio rural, onde vivem os sujeitos ativos desta ação. Nesses espaços, habitados por famílias camponesas, nos últimos anos vêm se fortalecendo com a implantação de programas sociais e a efetivação de políticas públicas, fruto das reivindicações sociais históricas, assegurando a permanência nesses ambientes

rais) entraram em crise ainda na primeira metade do século XX. Os principais questionamentos sobre os resultados ou eficácia dos órgãos e das ações de combate à seca ocorreram concomitantes às constatações da forte estagnação econômica regional nordestina verificada desde as primeiras décadas daquele século. Em relação às políticas governamentais no Semiárido, questiona-se o caráter emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas desenvolvidos em momentos de calamidade pública que alimentavam a chamada “indústria da seca”.

⁶Viegas (2015) Latifúndio é uma propriedade agrícola de grande extensão, pertencente a uma única pessoa, uma família ou empresa e que se caracteriza pela exploração extensiva de seus recursos.

⁷www.uep.cnps.embrapa.br/zoneamentos_zane.php.

⁸Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Semiárido.

por meio das conquistas de direitos ora negados, como a educação, alimentação, água, terra, extensão rural, habitação, etc., tornando esse ambiente um espaço de vida viável, com condições dignas e humanas.

(...) diferentes sujeitos do campo, do seu contexto, sua cultura e seus valores, sua maneira de ver e se relacionar com o tempo, a terra, com o meio ambiente, seus modos de organizar a família, o trabalho, seus modos de ser homem, mulher, criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso; de seus modos de ser e se formar como humanos. Fazer do povo do campo e de seus processos de formação o ponto de partida para a formulação de políticas públicas educativas significa garantir o caráter popular dessas políticas e sua articulação com o projeto de país e de campo. (ARROYO et al, 2004, p. 14-15).

Segundo Arroyo (2004), “somente a partir de uma visão de campo, que engloba os espaços de vida, da caatinga, da pecuária, da agricultura, dos pescadores, dos povos tradicionais, dos extrativistas; como também espaço de inclusão social, numa perspectiva de desenvolvimento humano sustentável, é que temos uma nova relação com as políticas públicas. Outro campo; outras políticas. O avanço na consciência dos direitos, a organização dos movimentos sociais, a luta pela terra e, a compreensão da educação como direito dos povos do campo, são bases fundamentais desse novo momento”.

São nesses contextos (ambientes) que, com suas experiências, vivências, sofrimentos, alegrias e esperanças, os agricultores/as se (re) socializam na perspectiva da convivência com o ecossistema do Semiárido.

“O ambiente rural do Semiárido é também considerado como território e espaço de desenvolvimento. Espaço e território são vistos como um organismo vivo que guarda e conserva potencialidades. O desenvolvimento é visto como transformações e desdobramento consciente dos potenciais inerentes a cada um e a todos os seres humanos: indivíduo, família, comunidade, nação, assim como a espécie humana como um todo. É um desenvolvimento não só material, mas centrado no humano e no social (ARRUDA, 2000)”.

A política pública de desenvolvimento dos territórios rurais, apesar do termo rural na sua denominação, é uma contradição em termos desde a origem: apesar de definir territórios como sendo “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – é uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”, segundo diretrizes da Secretária de Desenvolvimento Territorial. Como bem observa Favaretto (2006), apesar da forte espacialidade que marca o rural, as regras do jogo continuam “fortemente orientadas pelo viés setorial, na formulação das políticas, e na mobilização dos atores. Embora o discurso sobre desenvolvimento territorial tenha entrado definitivamente para o discurso acadêmico e governamental na presente década, até o momento trata-se de uma incorporação “por adição” de novos temas sem a devida mudança institucional capaz de sustentar a inovação que ela deveria significar”.

Agricultura familiar tradicional

Conforme estabelece a Lei da Agricultura Familiar, nº 11.326, de 24 de julho de 2006, são considerados agricultores/as familiares quem dispõem dos seguintes critérios: a área do estabelecimento ou empreendimento rural que não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família. Com base nessas diretrizes, famílias que vivem no meio rural, portadores/as de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP podem ser beneficiários diretos das ações de ATER.

Segundo Wanderley (2003), “a convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo; pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna; e o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas ‘provocações’ e desafios do desenvolvimento rural”.

Como bem descrevem Caporal e Costabeber (2002), “o caminho em direção ao desenvolvimento rural sustentável não é fácil e está cheio de desafios e mudanças necessárias, tais como: assegurar o acesso a terra; incentivar investimentos em pesquisa e extensão rural; implementar políticas públicas que privilegiem a transição agroecológica; estimular parceiras que favoreçam processos participativos; dotar de oportunidades de mercados solidários a agricultura familiar”.

ATER: um caminho de possibilidades para agricultura familiar

A Assessoria Técnica e a Extensão Rural – ATER é serviço de grande importância no processo de desenvolvimento rural. Embora as maiorias das publicações sobre o assunto afirmam que tais serviços surgiram em meados do século XX, o estudo da legislação brasileira demonstra que atribuições legais de ações de extensão rural remontam ao século XIX. A análise da legislação federal demonstra que a obrigação legal da atuação da extensão rural sempre esteve presente, inclusive na constituição federal de 1988. Na prática o apoio governamental a estes serviços foi decrescente desde a década de 1980, provocando uma crise generalizada que só nos últimos doze anos começa a ser revertida. (PEIXOTO, 2008).

O termo extensão rural não é autoexplicativo. Desde a implantação do modelo corporativo de extensão americano foram muitas as iniciativas de conceituação de extensão rural. Entretanto, segundo Marcus Peixoto (2008), esse termo pode ser conceituado de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política. Todavia, como *processo*, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação, segundo Freire (1996) dialógico, de troca de saberes, a ser estabelecido entre o/a técnico/a e o agricultor/a familiar, de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não.

Neste caso, a extensão rural difere conceitualmente de *assistência técnica* pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o/a agricultor/a familiar; e por ter um

caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas, organizações não governamentais, como o IRPAA. Dentro dessa lógica, essa entidade ora estudada não faz assistência técnica, e sim assessoria técnica, fazendo essas intervenções com os/as beneficiários/as da ação, para que após a intervenção do/a técnico/a, as famílias sejam capazes de continuar sozinhos desenvolvendo suas atividades de cunho social, produtivo, econômico, ambiental, cultural e organizativo.

Percurso metodológico

O presente trabalho foi desenvolvido sob a metodologia de abordagem qualitativa. “A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum com o investigador. (MINAYO, 2011, p. 21)”.

A pesquisa qualitativa é mais utilizada pelas ciências das áreas de humanas, no caso em questão, por se tratar de uma pesquisa que nasce da conclusão de um curso de Especialização *lato sensu*, é oportuna por se tratar de uma análise voltada para um grupo particular, os agentes de ATER, de contexto específico que permite ao pesquisador compreender também realidades mais amplas, porém, sem atribuir determinismos.

Um trabalho com uma problemática dessa natureza requer uma ação interventiva junto aos sujeitos, a fim de constatar quais os desafios que se impõem a partir dos problemas e dificuldades para o desenvolvimento da Assessoria Técnica e Extensão Rural no Território Sertão do São Francisco, região Semiárida.

Desse modo, foi desenvolvida a metodologia de pesquisa de campo de caráter exploratório, que apresenta um aspecto de pesquisa empírica, em que se aplicou um procedimento sistemático para a obtenção de dados de análise. Na pesquisa de campo de caráter exploratório, “obtem-se frequentemente descrições tanto qualitativas quanto quantitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 71)”.

As pesquisas de abordagens qualitativas proporcionam ao pesquisador um amplo leque de instrumentos para a intervenção e para a mediação entre o pesquisador e os sujeitos *in lócus*. As possibilidades conduzem o pesquisador a opções como: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com problemas pesquisados; e c) análises de exemplos que “estimulem a compreensão”. (Sellitz et al., 1967, p.63).

O lócus da pesquisa foi o IRPAA, com sede própria no município de Juazeiro – BA. Essa instituição vem ao longo dos anos desenvolvendo ações técnico-educativas de ATER na perspectiva da Convivência com o Semiárido.

Os sujeitos ativos diretos são 53 colaboradores/as extensionistas do IRPAA, locados no contrato 116/2012 – ATER – Plano Brasil Sem Miséria - PBSM, celebrado entre o IRPAA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Com formação em Técnico em Agropecuária desenvolvem um trabalho contínuo junto a 5.300 famílias inseridas no meio rural, cada assessor/a trabalha em média com 100 famílias; estes foram escolhidos, pela necessidade de dar visibilidade aos desafios encontrados por esses Agentes Extensio-

nistas no trabalho cotidiano, e esses serem considerados na elaboração e implementação das políticas públicas para agricultura familiar.

A pesquisa foi realizada de acordo com as seguintes etapas:

a) Pesquisa Bibliográfica e documental: Foi realizada pesquisa junto à literatura especializada (livros, revistas, artigos técnicos e científicos) sobre o Semiárido Brasileiro, ATER, Agricultura Familiar, Convivência com o Semiárido, Ruralidade, Campo, realizada em bibliotecas do Instituto Federal, do IRPAA e na internet.

Analisados os relatórios produzidos durante as reuniões e encontros realizados pelo IRPAA com os agentes de ATER, locados no contrato 116/2012 (IRPAA/MDA).

b) A interação com os Agentes de ATER: Para o levantamento dos dados foi realizada uma oficina desenvolvida em três momentos que ocorreram em reuniões com quatro horas de duração realizadas em intervalo de dois meses:

1º momento – Socialização e levantamento das dificuldades encontradas. Foi um importante momento da pesquisa exploratória, pois, os agentes externalizaram todas as dificuldades que permeiam o contexto de vida das famílias agricultoras que são acompanhadas por eles/as no Território de Identidade Sertão do São Francisco - TSSF, surgindo problemas de ordem social, agrário/fundiário, ambiental, agropecuário, cultural. Porém, decidimos por critério de inclusão de problemas a serem analisados, aqueles de ordem agrário/fundiário, hídrico e agropecuário (Terra, Água e Produção), temas estruturantes que devem ser prioritários na ação de ATER.

2º momento – Nesse encontro com os/as profissionais foi apresentado um instrumento elaborado a partir dos problemas priorizados que foram indicados na reunião anterior. O instrumento foi uma planilha em excel, a fim de realizar um diagnóstico mais preciso sobre os problemas indicados anteriormente.

3º momento – Foi o momento de devolutiva dos/as assessores de ATER, pós os contatos com as famílias no campo, socializando os dados sistematizados por meio das visitas as propriedades, ao longo de dois meses.

c) Sistematização de dados: A sistematização dos dados se deu a partir da tabulação das planilhas já preenchidas e apresentadas pelos agentes ATER, foram construídos gráficos que sistematizaram as informações quantitativas das famílias assessoradas pelo IRPAA, por meio do Projeto de ATER-PBSM.

O perfil dos agentes de ater

Os cinquenta e três (53) agentes de ATER, contratados pelo IRPAA, com forma-

ção em Técnico em Agropecuária, Agricultura, Meio Ambiente e Zootecnia foram atores e atrizes fundamentais no processo de pesquisa. Desses, 13 eram mulheres e 40 homens. Estão atuando há três anos (desde 2013), e fazem parte de uma equipe multidisciplinar, envolvendo agrônomos, assistente social, zootecnistas, médicos veterinários, recreadoras, gestores ambientais.

A equipe de ATER acompanham 5.300 famílias, diretamente beneficiárias; assim como também acompanham 6.007 crianças, com atividade de recreação e indiretamente são atendidas 18.314 pessoas, residentes no meio rural, nas Unidades de Produção Familiar - UPE, em situações de pobreza extrema.

RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

Caracterização do Território de Identidade Sertão do São Francisco

O Território de Identidade Sertão do São Francisco – BA abrange uma área de 61.750,70 Km², e é composto por dez municípios: Uauá, Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Sobradinho. A população total do território é de 520.782 habitantes, dos quais, 148.122 vivem na área rural, o que corresponde a 28,44% do total; possuem 31.768 agricultores familiares, 2.371 famílias assentadas, 01 comunidade quilombola e 01 comunidade indígena. Seu IDH médio é 0,64. O Território tem duas realidades: as áreas nas margens do Rio São Francisco e do Lago de Sobradinho, e às áreas de sequeiro dependentes de chuva, onde existem áreas há mais de 20 km da margem do rio e não chega à irrigação. (IBGE, 2010).

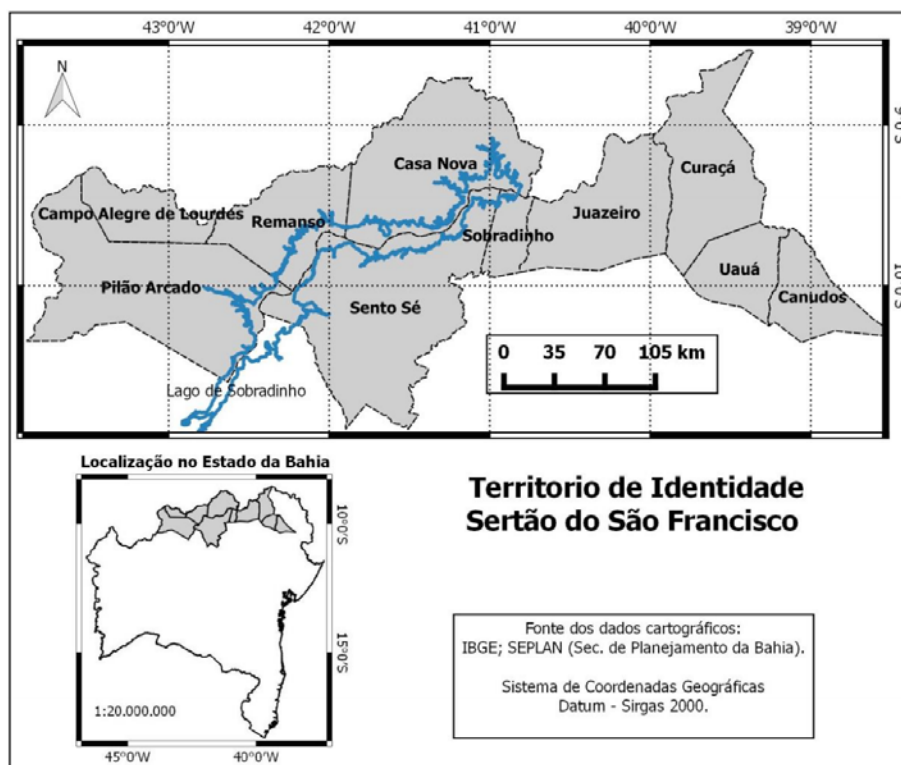


Figura 1. Mapa do Território Sertão do São Francisco - TSSE. Fonte: Márcio Rios – Professor IF BAIANO – Campus Senhor do Bonfim.

Nesse território, a principal luta das famílias e das organizações sociais é pela defesa da terra, da água e do território, pela manutenção da “caatinga em pé” e pela vida do rio São Francisco. Situado na depressão sertaneja, com chuvas média de 450mm por ano, tendo anos com chuva de 800mm e no ano seguinte chuvas de 200mm, o território é impróprio para a agricultura dependente de chuva.

Há comunidades que passam até cinco anos sem plantar milho e feijão. Por outro lado à caatinga é um rico bioma em plantas forrageiras e frutíferas, desse modo a principal atividade das comunidades tem sido a criação de animais (cabras, ovelhas, galinhas e abelhas) em pasto nativo e a coleta de frutas, principalmente umbu e maracujá do mato. Para essa atividade de pastoreio e extrativismo as comunidades desenvolveram um sistema de uso coletivo das terras, denominado como Fundos de Pasto. A partir desse uso desenvolveram toda uma cultura ambiental, social, econômica e ecológica que tem permitido a vida dessas comunidades há três séculos.

Hoje, essas comunidades são reconhecidas como Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto. As terras, como na maior parte do Nordeste e do Brasil são terras devolutas, ainda não regularizadas pelo estado, o que permitem uma grande pressão de grileiros sobre essas comunidades com o intuito de vender essas terras para empresas de mineração, carvoaria, energia eólica e projetos de irrigação. (IRPAA, 2012).

A luta pela preservação da caatinga e pela permanência das comunidades tradicionais no campo, passa pela valorização do bioma e de sua gente, tido historicamente como região problema e povo sem perspectiva. Nesse território se iniciou trabalho de construção do conceito e da proposta de Convivência com o Semiárido em contra posição ao conceito de combate a seca e ao conceito de convivência com a seca. Uma ação resultado do trabalho do IRPAA desde final da década de 1980.

Foi a partir da observação de como a fauna e a flora⁹ do Semiárido se adaptaram e passaram a viver em harmonia com o clima irregular, e, de como as populações remanescentes e sobreviventes da época do ciclo do gado estavam recuperando os conhecimentos dos parentes indígenas e africanos e desenvolvendo um sistema de convivência com o bioma que nasceu o conceito e a proposta de Convivência com o Semiárido.

Enquanto em outros biomas se discute o conceito de agrofloresta ou sistema de produção agroflorestal, no Semiárido se discute o sistema agrossilvipastoril, onde se busca conciliar atividade agrícola, de extrativismo e pecuária, em um sistema de uso coletivo da maior parte das terras soltas e de pequenas áreas familiares e cercadas. Nesse sistema o tamanho da terra é fundamental para permitir o pastoreio e o extrativismo sustentável. Estima-se que cada família precisa no mínimo de 100 e de até 300 hectares, somando a área individual e a coletiva. Hoje, realidade é que essas comunidades correm sérios riscos de perder o direito de uso e de posse dessas terras coletivas para a implantação de grandes projetos.

Os grandes projetos ligados ao capitalismo ameaçam inclusive se apropriar além das terras também da tradição. Esses projetos buscam incluir algumas comunidades tradicionais como fornecedores de matéria-prima e mão de obra, onde grande maioria das comunidades deixaria de existir.

⁹Um exemplo disso é o umbuzeiro, é uma planta única do Semiárido brasileiro, que desenvolveu um sistema de armazenamento de água em suas raízes, transformadas em batatas, que armazenam até 3.000 litros de água durante as chuvas de dezembro a março e com isso consegue, na época mais seca do ano, em novembro e dezembro, florescer e frutificar.

As comunidades resistem. Estão buscando o auto reconhecimento, enquanto comunidades tradicionais e exigindo a regularização de suas terras; desenvolvendo e implantando tecnologias para captação da água da chuva para o consumo e para a produção; buscando aprimorar as técnicas de uso, conservação e recuperação da caatinga.

A construção de uma proposta de educação pública contextualizada, que apresente o Semiárido e seu povo dentro de um contexto positivo, propositivo, onde a pessoa possa de fato conhecer as potencialidades, os desafios e as limitações do Bioma Caatinga e de sua estrutura social é outro fator importante no trabalho que vem sendo desenvolvido nesse território. Seja no campo ou na cidade a pessoa tem direito a conhecer e interagir com o seu meio. As organizações da sociedade civil, a exemplo do IRPAA, vêm buscando a adesão dos municípios para a criação de leis que criem diretrizes educacionais contextualizadas e garantam a formação pedagógica continuada das/os professoras/es e a elaboração de material didático contextualizado.

Desde 2007 neste território se desenvolvem ações de Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER através de chamamentos públicos, por meio da empresa pública de extensão e das organizações da sociedade civil, o que antes só eram desenvolvidas de forma oficial pela estatal constituída pra essa finalidade. Segue resumo ao longo dos anos dos programas e projetos ofertados nesse território estudado: 2007/2008 – Programa Cabra Forte; 2009/2010 – Programa Sertão Produtivo; 2010/2011 – Programa ATER Estadual; 2012/2013 – Programa ATER – Federal/ ATER para Mulheres Rurais; 2013/2016 – Programa de ATER – Plano Brasil Sem Miséria; 2015/2017 – ATER Agroecologia; 2016/2018 – ATER Sustentabilidade/SDR; 2016/2018 – ATER Fundo Pasto/SDR.

Acesso e regularização das terras, gestão das águas, fomento a produção agroecológica apropriada e acesso ao conhecimento é a base para o bem viver no Território de Identidade Sertão do São Francisco, hoje aspectos que são desafiadores para efetivação da política pública de ATER.

Questões fundiárias e agrárias

O acesso a terra constitui o principal limitante no território e é apontado na ação de ATER, por vários motivos: o tamanho da área disponível por família é pequena; historicamente vivem nessas propriedades há décadas, porém, não dispõem de documentos de posse. Não diferente do padrão de posse e uso das terras do Brasil, esse território nas últimas décadas é fortemente marcado por conflitos fundiários, tendência histórica que as famílias tiveram que resistir e persistir no enfrentamento aos grandes grupos econômicos e de exploração.

Também é notória a alta pressão sobre os recursos naturais e o processo intenso de exclusão social das famílias rurais. A posse da terra é fator decisivo de garantia da vida e do acesso às políticas públicas e programas sociais, pois, sem esse direito os povos do campo, sempre estarão em situação de instabilidade social e econômica, vulneráveis pelas classes dominantes, em situações de insegurança alimentar e pobreza extrema.

“A ocupação do território e o sistema de propriedade no Brasil têm nas sesmarias o nascedouro da apropriação das terras. A existência de uma dualidade no setor agrícola, de um lado o latifúndio, reconhecido juridicamente e socialmente, tende a formação de uma classe dominante oligárquica, e de outro, o ‘roçado’ pequena propriedade, com a

formação da classe dominada, sem proteção legal, formou uma massa de pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, moradores de condições e ex-escravos (ANDRADE, 1988)”.

As pequenas propriedades de terras, nessa região Semiárida são incapazes de prover o sustento da família; por um lado, estimulando a busca por outras atividades geradoras de renda, normalmente, prestando serviços em grandes propriedades do agronegócio nas proximidades do Rio São Francisco, por outro lado, em áreas de sequeiro, ficam presas ao recebimento de benefícios sociais, por impossibilidade de desenvolver processos agropecuários, em virtude de não possuírem as condições básicas para se estabelecerem em cada ambiente de vida. Segundo Couto (1998), “nessa região, a unidade produtiva geralmente é destinada ao autoconsumo, enquanto que as demais necessidades são supridas com outras atividades, normalmente precárias e de baixa qualificação técnica”.

Segundo relatórios do IRPAA (2012), no estado da Bahia, o governo tem distribuído títulos de terras para os/as agricultores/as familiares e comunidades tradicionais com tamanho muito inferior ao módulo fiscal da região. Em algumas regiões do Semiárido o módulo fiscal é de 65 hectares, sendo que a Embrapa Semiárido atesta que na depressão sertaneja uma propriedade para ser viável economicamente, dentro dos princípios agroecológicos, deve ter no mínimo 100 hectares, considerando que as principais atividades são a criação de cabras, ovelhas, abelhas e o extrativismo vegetal.

Segundo os/as técnicos/as do IRPAA, a maioria das famílias camponesas que recebem títulos com dois, cinco ou dez hectares, quando indagados do porque receber uma terra tão pequena se sabe que precisam de uma área bem maior, alega que é melhor ter dois hectares registrados do que não ter nenhum, pois assim podem ter acesso a alguns benefícios das políticas assistenciais e compensatórias do Governo Federal e Estadual, ao mesmo tempo em que continuarão tirando o seu sustento das terras que historicamente vêm usando, maior do que está registrada no título. Essa é uma estratégia muito perigosa nos dias atuais, com o crescente interesse das empresas de mineração, carvoarias e de energia eólica pelas terras do Semiárido. A família que aceita o título de propriedade de uma determinada área minifúndio, está sendo lesada do seu direito de ter uma terra em tamanho suficiente para garantir a produção familiar camponesa.

Há uma impressão de que a estratégia do Estado é fragilizar a regularização das terras coletivas, tornando mais fácil a aquisição das mesmas por especuladores contratados pelas grandes empresas e latifundiários. Essas famílias também estarão excluídas de projetos estruturantes de desenvolvimento agropecuário, inclusive do PRONAF, pois, é impossível elaborar um projeto viável em uma área tão pequena numa região Semiárida não irrigada, sendo forçada a viver dos programas assistências.

Os/as filhos/as destas famílias serão obrigados a migrar, pois, a terra é insuficiente para garantir a renda necessária para viver bem. A política de microfúndio aumenta a pobreza no campo, acelera o esvaziamento do campo e funciona como contra propaganda da viabilidade da agricultura familiar no Semiárido.

A proposta mais adequada para de fato garantir a permanência dessas famílias nas comunidades rurais de forma sustentável é garantir a regularização das áreas de terras coletivas e individuais – sendo que a soma das duas áreas não sejam inferiores a 100 hectares para cada família da comunidade.

Da mesma forma os assentamentos da reforma agrária devem seguir essa mesma orientação não esquecendo antes subtrair as áreas de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente. Oliveira (2006) “aponta que no Sertão, a relação com a terra acontece regulada de maneira especial, respeitando a simultaneidade de diferentes modalidades de uso da terra: o uso comum, o uso coletivo, o uso individual (familiar) e, ainda, a prática de ajuda mútua”.

A partir do levantamento feito pelos agentes de ATER do IRPAA na execução da política pública de ATER no território constatou-se que quase 60% das famílias assessoradas dispõem de menos de 05 hectares de terras, impossibilitando viver dignamente no campo. Abaixo os dados sistematizados:

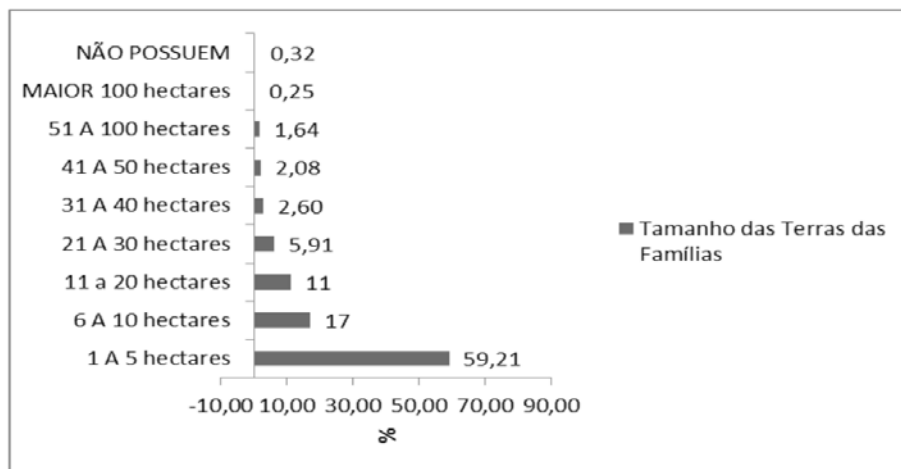


Figura 2. Tamanho das Terras das Famílias Beneficiadas no Projeto ATER/PBSM, 2013 a 2016. Fonte: Sistematização da pesquisa de campo feita pelos agentes ATER/IRPAA (2015).

Considerando a situação do acesso a terra com base nas 5.300 famílias acompanhadas pelo IRPAA, nos dez municípios do território, por meio da pesquisa feita pelos agentes de ATER, constatou-se que em sua maioria não dispõem de espaços suficientes e vivem em situação de insegurança alimentar e pobreza extrema.

Acesso à água para consumo e para a produção

É de suma importância que as famílias residentes no Semiárido tomem conhecimentos de que a região é caracterizada por um baixo índice pluviométrico (mesmo assim, ainda é uma das regiões Semiáridas mais chuvosas do mundo, com 400 a 800 mm chuva/ano), com chuvas irregulares, oito meses de estiagem prolongada e altos índices de sol, conseqüentemente de evapotranspiração. Os solos são rasos e cristalinos e estando sujeitos à desertificação, por isso, não dão condições favoráveis ao cultivo de culturas anuais como milho e feijão, enquanto fonte geradora de renda, prática bem exercitada pelas famílias, já que mesmo com perdas frequentes serão subsidiadas com o programa Garantia Safra do Governo Federal.

As famílias camponesas deste território enfrentam muitas dificuldades no que se refere à água para consumo humano, é a precariedade na captação da água que cai da chuva, por falta de tecnologias de captação e armazenamento da água. Isso ocorre, porque uma boa parte desta população ainda desconhece formas de como armazenar corretamente; e muitos não dispõem de recursos suficientes para construir as formas, tecnologias de captação e armazenamento da água, como cisternas, barreiros trincheiras, e

outros. Por isso, na maioria das vezes, a água que cai, evapora em pouco tempo e se perde.

O nível de acesso às tecnologias apropriadas a esta região ainda estão abaixo do esperado, conforme aponta a sistematização:

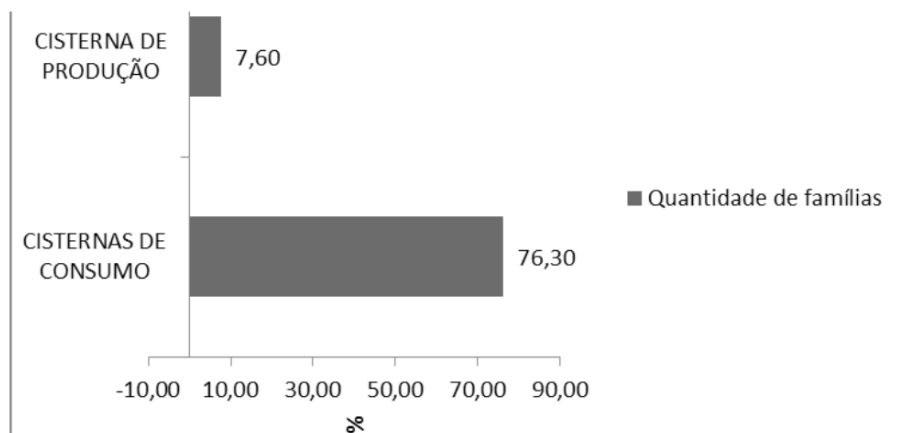


Figura 3. Percentual de Acesso à Água de Consumo e de Produção pelas Famílias Beneficiadas com o ATER/PBSM, 2013 a 2016. Fonte: Sistematização da pesquisa de campo feita pelos agentes ATER/IRPAA (2015).

Das 5.300 famílias assessoradas pelo projeto ATER em estudo, somente 76,3% tem acesso à água de consumo humano por meio da cisterna de 16.000 litros de água, e, 7,60% tem disponibilidade de água de produção, através das cisternas de 52.000 litros. Com esse último percentual, diante da oscilação climática da região, a produção agrícola fica seriamente comprometida, sendo necessário um profundo debate junto às famílias sobre outras formas de produção e geração de renda, e outras fontes de água da comunidade que precisam ser garantidas.

Somam-se a essas questões, uma realidade comum que é a construção de reservatórios inadequados de água, como grandes barragens, açudes e transposições de rios, que não correspondem às demandas da região e à democratização do acesso à água, por se tratarem de soluções que, ao invés de democratizar a água, concentram nas mãos dos poucos que sempre tiveram acesso.

A concentração da água e da terra no Semiárido está vinculada a um modelo agrário latifundista, que mantém a centralização do poder econômico, político e amplia as desigualdades sociais, dando continuidade ao processo histórico de exclusão dos/as agricultores/as familiares e de degradação ambiental.

No Brasil, segundo a Agência Nacional de Água – ANA (2014), o uso da água na agricultura intensiva irrigada corresponde a cerca de 70% das águas retiradas dos rios e das águas subterrâneas, sendo que apenas 30% dessas são de fato absorvidas pelas plantas. Estima-se que 70% se percam no ambiente, pela utilização de sistemas de irrigação arcaicos que geram desperdícios de água e degradação do solo, a exemplo da inundação, pivô central, etc; esse modelo agrário latifundista e monocultor é responsável pelo grande desperdício de água nos perímetros irrigados, desmatamento da caatinga, uso intensivo de agrotóxicos, que causam a degradação dos solos, das águas e da biodiversidade. Se olharmos mais especificamente para o Semiárido, veremos que muitas das experiências de utilização de água para produção são marcadas pelo grande desperdício, através das tecnologias de pivô central e outras, assim como de grande concentração do uso da água por algumas pessoas e grupos, em detrimento da maioria da população que, por vezes,

não tem água nem para consumo dos seus animais.

Especificamente em áreas de sequeiros, as famílias carecem de políticas públicas que assegurem o acesso à água principalmente para a produção agropecuária, onde nesse estudo se constatou um percentual elevado de insegurança hídrica.

Produção agropecuária e acesso a fomento

Dentre as ações observadas que foram priorizadas com esse projeto de ATER de fundamental importância na efetivação dos processos educativos, já que as atividades foram iniciadas em um período de estiagem prolongada, foi o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, parte integrante do Plano Brasil Sem Miséria – PBSM, que é de responsabilidade conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que articulam duas ações para o atendimento das famílias rurais em extrema pobreza: a assistência técnica e extensão rural (de atribuição do MDA) e a transferência de recursos financeiros não reembolsáveis (MDS).

O objetivo do Programa é oferecer condições efetivas para as famílias desenvolverem um projeto de estruturação produtiva, ampliando a produção de alimentos e gerando renda. As famílias, com o apoio dos/as agentes de ATER, elaboraram um projeto para desenvolverem atividades produtivas e aplicarem os recursos recebidos.

Historicamente, a produção agropecuária nesse território foi marcada pelas práticas agrícolas em áreas de sequeiro, desconsiderando a adaptabilidade das plantas cultivadas e as condições edafoclimáticas da região, provocando endividamentos por meio de linhas de créditos, fragilização dos solos e frustração nas famílias, além das constantes intervenções práticas, e da ATER em reforçar a necessidade do uso de agroquímicos, fazer desmatamentos, queimadas e introdução de variedades animais e vegetais exóticos.

Com base no perfil das Unidades de Produção Familiares - UPF atendidas sofrem ou já sofreram inúmeros problemas, impossibilitando se estabelecerem no meio rural de forma digna e sustentável: áreas fundiárias com dimensão inviável às condições edafoclimáticas do Semiárido Brasileiro, levando a distorções produtivas nas bases de vida e de produção; pequenos roçados inapropriados, com cultivo de plantas não adaptadas ao ecossistema Semiárido; criação de animais de médio e grande porte, sempre voltados ao consumo familiar, não ao mercado, por causa direta do tamanho insuficiente das áreas de pastagens; falta de preparo dos serviços de extensão rural na implantação de tecnologias apropriadas de Convivência com o Semiárido Brasileiro, muitas vezes fomentando pacotes tecnológicos importados de outras regiões do país e do mundo; desconexão das políticas públicas de crédito rural agrícola e não agrícolas que “esquecem” das condições climáticas locais; seguro-safra preparados para regiões úmidas, que são usadas no Semiárido; dentre outras questões observadas nas explanações dos Agentes de ATER nos processos de formação.

Constataram-se também por meio das conversas com os/as técnicos/as do IRPAA, que os agentes de ATER dispõem de conhecimentos construídos a partir de processos formativos oferecidos por essa entidade, tendo clareza dos problemas acima mencionados, e da viabilidade de atividades agropecuárias adaptáveis as condições desta região. Isso foi possível perceber a partir da figura abaixo, onde com base no Programa de Fomento

Produtivo, as famílias a partir da intervenção desses/as técnicos/as nessa nova ATER em desenvolvimento e da aptidão do ecossistema Semiárido, optaram prioritariamente em investir os recursos financeiros recebidos na criação de animais de pequeno porte, principalmente ruminantes, a exemplo de caprinos, ovinos.

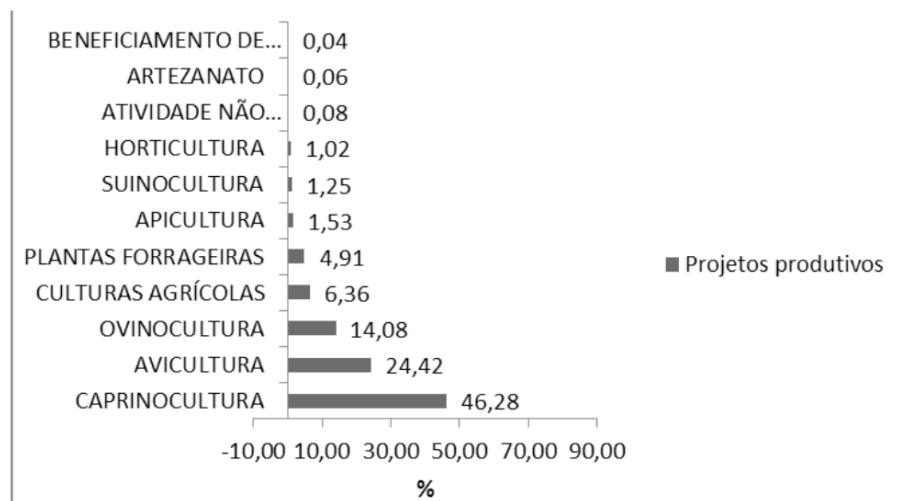


Figura 4. Percentual de investimentos com o Programa de Fomento as Atividades Produtivas pelas famílias beneficiadas ATER/PBSM, 2013/2016. Fonte: Sistematização da pesquisa de campo feita pelos agentes ATER/IRPAA (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se por meio da análise aqui desenvolvida, que as ações e intervenções dos/as agentes de ATER do IRPAA, ocorrem de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma ação construtiva e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade, o conhecimento das pessoas e as especificidades locais.

Dessa forma, diante dos desafios complexos e históricos vividos pelas famílias no território estudado, apontados no decorrer deste estudo, acredita-se que a saída para superação da situação de miséria só será possível se as famílias forem capazes de se organizarem e pautarem de forma articulada suas necessidades nas esferas públicas, onde os extensionistas devem usar de ferramentas associativistas como estratégias emancipadoras e de problematização, assegurando a essas famílias, direitos historicamente negados, por meio do acesso a terra, a água, a educação e produção agroecológica apropriada.

Freire (1987) “nos diz que todo projeto precisa nascer de problematizações, que são mais fecundas que as perguntas que nos fazemos e aos outros. Todo projeto para ser válido, ter eficiência, coerência com o sujeito e a realidade, ser duradouro e comungar de princípios éticos, precisa nascer de problematizações fecundas”.

“Historicamente, os agricultores/as sempre foram vistos como pessoas desprovidas de valores, de capacidade de sistematização de seu trabalho ou capacidade para tarefas socialmente significativas (LEITE, 1999). Pessoas que deviam ser assistidas e protegidas. Isso é decorrente das transformações sociopolíticas do capitalismo, que ocasionaram uma ruptura da sociedade camponesa, urbanizando-a em função de uma nova ordem econômica. No espaço rural, o homem e a mulher camponeses são discriminados politicamente e culturalmente, ficando sempre relegados a planos inferiores, embora o campo nunca tenha deixado de ser foco de interesse do capitalismo contemporâneo”.

Segundo esta visão, as pessoas, famílias e comunidades trabalhadoras são consideradas no seu contexto social, histórico-cultural e ambiental. Essa concepção se contrapõe a outra, também trabalhada no campo, que entende o agricultor/a como indivíduo que deve incorporar habilidades da gestão para que possa administrar sua vida, portanto, se insere no mercado de trabalho. Sendo essa dimensão considerada e potencializada por meio das intervenções de acompanhamento técnico da nova ATER em construção.

Arruda (2000) “diz que esta proposição tem três implicações: a de que ‘ninguém educa ninguém’; o reconhecimento do outro como sujeito e centro, estabelecendo com ele uma relação dialógica e colaborativa, articulando sinergia e conhecimentos; compartilhamento do poder e do saber, numa relação crescentemente participativa, que perpassa todas as relações micro/ macroculturais e micro/ macrossocioeconômicas”.

Para a efetivação desse novo modelo de ATER para o meio rural, em especial para o Semiárido brasileiro, faz-se necessário assegurar algumas demandas para o empoderamento e fortalecimento das famílias no campo: a democratização e o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para o consumo humano e para a produção agropecuária; o acesso a terra (de fato e de direito) aos que dela necessitam para tirar o seu sustento, em tamanho suficiente e regularizado; a promoção de uma educação contextualizada que possibilite a construção de conhecimentos adequados à convivência com essa realidade e para a vida; o incentivo às atividades produtivas agroecológicas apropriadas, com práticas agrícolas e não agrícolas, que contribuam para melhorar a renda e garantir a soberania alimentar e nutricional; o acesso aos serviços básicos, que viabilizem a satisfação das necessidades fundamentais da população do Semiárido. Essas dimensões precisam estar asseguradas numa Política Pública de Convivência com o Semiárido, onde a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, como estratégia articuladora será implementada norteada por essa política de Convivência e de Agroecologia.

Sachs (1986; 2000) “chama a atenção para a necessidade e a possibilidade de convivência com os ecossistemas frágeis a partir de processos participativos de resgate e construção cultural de alternativas apropriadas”.

Por fim, segundo Carvalho (2004), “os debates acerca de um modelo de desenvolvimento apropriado ao Semiárido aponta falência da lógica do combate a seca e a emergência da convivência, ou em a falência da lógica técnico-economicista para a emergência da lógica ambiental-sistêmica”. Nessa direção, a Convivência com o Semiárido é uma proposta de desenvolvimento que se pauta na lógica de um modo de vida e de produção eficiente e sustentável, onde se busca através da formação de uma consciência coletiva, constituir um equilíbrio ambiental e social, capaz de garantir melhores condições de vida à população dessa região, sendo hoje no Semiárido o fundamento e enfoque da ação de Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER amparada em política pública em nível nacional e estadual.

Acredita-se ainda que esse trabalho precisa ser aprofundado em outros espaços acadêmicos, principalmente no que se refere a visibilização das informações aqui apontadas do ponto de vista prático das comunidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Pós-Graduação Lato Sensu em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com Ênfase em Recursos Hídricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO e a Coordenação Geral de Educação Ambiental da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão SECADI/MEC.

Também aproveitamos a oportunidade para dedicar esse trabalho ao Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, que é parte indissociável desse artigo, sendo uma rica fonte de pesquisas e experiências no Semiárido. Acreditamos que esse estudo pode servi de subsídio na incidência política por meio da avaliação e proposição de ações e políticas públicas apropriadas a está realidade do Brasil.

Aos colaboradores/as do IRPAA no Projeto ATER – Plano Brasil Sem Miséria – PBSM, nossa gratidão pelos compartilhamentos e aprendizados ao longo dessa construção.

REFERÊNCIAS

ANA - Agência Nacional das Águas - **Regiões Hidrográficas do Brasil**. Recursos Hídricos e Aspectos Prioritários. Disponível em: <www.ana.gov.br>.

ANDRADE, M.C. **Nordeste: Alternativas da Agricultura**. São Paulo: Papirus, 1988.

ARROYO, M.; COLDART, R.; MOLINA, M. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2004.

ARRUDA, M. **Educação e desenvolvimento na perspectiva da democracia integral**. In: ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos. Uma visão a partir do sul**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARBOSA, Antônio. **A construção social do Nordeste**. 2012.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Construindo uma Nova Extensão Rural no Rio Grande do Sul. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, 2002.

CAPORAL, F. R. (Org.). **Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: 2009. 398 p.

CAPORAL, F. R. **Bases para uma Política Nacional de Formação de Extensionistas Rurais**. Brasília: 2009. 55 p.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARTILHA **Conhecendo o Semiárido em Busca da Convivência** do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, 2007.

CARVALHO, L.D. **A Emergência da Lógica da “Convivência com o Semiárido” e a Construção de uma nova territorialidade**. In: RESAB, Secretaria Executiva. Juazeiro – BA, 2004.

COUTO, V. A. **A urbanização do trabalho rural**. Brasília: 1998.

FAVERETTO, A. S. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão – Do Agrário ao Territorial**. 2006. USP, Tese (Doutorado em Ciência Ambiental), São Paulo-SP, 2006.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, A. **África ensinando a gente**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 228 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra,. 1987.

GNADLINGER, J. **Captação de água de chuva: Uma ferramenta para atendimento às populações rurais**. Capina Grande: INSA, p.325-360, 2011.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil/>>.

IRPAA – INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA: **Educação para a Convivência com o Semiárido**. Juazeiro – BA: IRPAA, 2002.

Lei Nacional da Agricultura Familiar: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>.

Lei Nacional de ATER: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MALVEZZI, R. **Semi-árido - uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007. 140 p. (Pensar Brasil).

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. E.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30 ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2011.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004.

OLIVEIRA, A. M. **Camponeses Tecendo Saberes no Sertão: O Uso Comum das Terras Soltas**. Fortaleza, 2006.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil – Uma Abordagem Histórica da Legislação**. Brasília, outubro / 2008.

PIMENTEL, A. **Processos educativos e suas gêneses na convivência com o semiárido**. 2000. 85p.

Relatório Anual do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, 2012 e 2013.

SACHS, I & ABRAMOVAY, R. **Laços rural-urbano: da oposição à sinergia**. (s.d) (mimeo).

SAVATER, F. **O valor de educar**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Diretrizes para Territórios de Identidade, 2005.

SELLTIZ, C. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SILVA, R. M. A. da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática**, 2005.

VIEGAS, F.O.S. **História B5 Escola Assis Chateaubriand**. S/l., 2015.

WANDERLEY, M.N.B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

COSTA, Tiago Pereira da; TEIXEIRA, Lilian da Silva. **ATER no semiárido: um encontro de possibilidades e desafios para o desenvolvimento rural do território de identidade Sertão do São Francisco-Bahia**. *Extramuros*, Petrolina-PE, v. 4, n. 2, p. 33-53, 2016. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 04 abr. 2016

Aceito em: 19 nov. 2016.